

A PRAÇA TIRADENTES EM OURO PRETO: MONUMENTALIZAÇÃO, PATRIMÔNIO TERRITORIAL E PAISAGEM URBANA EM PERSPECTIVA CRÍTICA

TIRADENTES SQUARE IN OURO PRETO:

MONUMENTALIZATION, TERRITORIAL HERITAGE, AND URBAN LANDSCAPE FROM A CRITICAL PERSPECTIVE

LA PLAZA TIRADENTES EN OURO PRETO:

MONUMENTALIZACIÓN, PATRIMONIO TERRITORIAL Y PAISAJE URBANO EN PERSPECTIVA CRÍTICA

 Marina Furtado Gonçalves¹,  Erick Felipe Cesario Marinho²,
 Solano de Souza Braga³

RESUMO

Este artigo analisa a Praça Tiradentes, em Ouro Preto, Minas Gerais, a partir dos conceitos de monumentalização, patrimônio territorial e paisagem urbana, buscando compreender como processos históricos de patrimonialização e apropriação social contribuíram para constituir-la como espaço simbólico central da cidade. Parte-se do entendimento de que a Praça não pode ser reduzida a um conjunto monumental preservado, mas deve ser interpretada como território vivido, continuamente produzido por relações entre memória, poder, usos sociais e valor patrimonial. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter teórico-interpretativo, com base em levantamento bibliográfico, análise de fontes documentais e históricas e leitura de representações visuais e paisagísticas da Praça em diferentes períodos. Conclui-se que a noção de patrimônio territorial permite interpretar a Praça Tiradentes para além da preservação material, configurando-a como espaço relacional, histórico e culturalmente disputado. O estudo contribui para uma leitura crítica dos espaços públicos patrimonializados ao articular monumentalidade, memória e experiência urbana.

PALAVRAS-CHAVE: território; espaço; lugar; monumento; patrimônio territorial.

¹ Doutora em História Social da Cultura, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil, marinagoncalves@ufba.br

² Mestrando em Turismo e Patrimônio, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, erick.marinho@aluno.ufop.edu.br

³ Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, solano@ufop.edu.br

SUBMETIDO EM: 02/04/2026

ACEITO EM: 08/07/2026

ABSTRACT

This article analyzes Tiradentes Square, in Ouro Preto, Minas Gerais, through the concepts of monumentalization, territorial heritage, and urban landscape, seeking to understand how historical processes of patrimonialization and social appropriation contributed to its constitution as a central symbolic space in the city. The study is based on the assumption that the square cannot be reduced to a preserved monumental ensemble, but must be interpreted as a lived territory continuously produced through the relationship between memory, power, social uses, and heritage value. Methodologically, the research adopts a qualitative, theoretical-interpretative approach based on bibliographic review, analysis of historical and documentary sources, and examination of visual and landscape representations of the square in different periods. It is concluded that the notion of territorial heritage makes it possible to interpret Tiradentes Square beyond its material preservation, revealing it as a relational, historical, and culturally contested space. The study contributes to a critical reading of patrimonialized public spaces by articulating monumentalization, memory, and urban experience.

KEYWORDS: territory; space; place; monument; territorial heritage.

RESUMEN

Este artículo analiza la Plaza Tiradentes, en Ouro Preto, Minas Gerais, a partir de los conceptos de monumentalización, patrimonio territorial y paisaje urbano, con el objetivo de comprender cómo los procesos históricos de patrimonialización y apropiación social contribuyeron a constituir la como espacio simbólico central de la ciudad. Se parte del entendimiento de que la plaza no puede reducirse a un conjunto monumental preservado, sino que debe interpretarse como un territorio vivido, continuamente producido por relaciones entre memoria, poder, usos sociales y valor patrimonial. Metodológicamente, la investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter teórico-interpretativo, con base en revisión bibliográfica, análisis de fuentes documentales e históricas y lectura de representaciones visuales y paisajísticas de la plaza en diferentes períodos. Se concluye que la noción de patrimonio territorial permite interpretar la Plaza Tiradentes más allá de la preservación material, evidenciándola como un espacio relacional, histórico y culturalmente disputado. El estudio contribuye a una lectura crítica de los espacios públicos patrimonializados, al articular monumentalidad, memoria y experiencia urbana.

PALABRAS CLAVE: territorio; espacio; lugar; monumento; patrimonio territorial.



INTRODUÇÃO

A Praça Tiradentes, localizada em Ouro Preto, Minas Gerais, ocupa posição central na constituição da imagem urbana, histórica e simbólica da cidade, reunindo valores arquitetônicos, políticos, memoriais e patrimoniais que ultrapassam a sua materialidade imediata (Simão, 2016). Mais do que um espaço de circulação ou contemplação, trata-se de um ponto de convergência de narrativas, práticas sociais e disputas de sentido que, ao longo do tempo, contribuíram para consolidá-la como uma das paisagens mais emblemáticas do sítio histórico ouro-pretano. Sua relevância não decorre apenas da presença de monumentos, edifícios ou perspectivas visuais singulares, mas também de sua capacidade de concentrar e expressar relações entre memória, poder, uso social e representação territorial.

Em cidades patrimonializadas, os espaços públicos preservados não podem ser compreendidos apenas por sua dimensão física ou por sua permanência formal no tecido urbano. Eles também devem ser lidos a partir dos usos, valores e apropriações que neles se acumulam historicamente, revelando que o patrimônio é menos um atributo intrínseco dos objetos do que uma construção social e política continuamente atualizada por práticas, discursos e disputas coletivas (Meneses, 2012; Chuva, 2012). Nesse sentido, a Praça Tiradentes oferece um campo especialmente fértil de análise, pois se configura como espaço no qual se articulam a monumentalização, a vida urbana, a memória nacional, a política patrimonial e as experiências cotidianas de pertencimento e circulação.

É nessa articulação que se insere a noção de patrimônio territorial, entendida aqui como chave analítica para assimilar o patrimônio para além da lógica estrita da preservação material. Ao considerar a Praça como território, lugar, espaço e paisagem, o artigo parte do pressuposto de que os sentidos patrimoniais não se esgotam nos bens edificados nem nas narrativas oficiais, mas se relacionam às formas pelas quais sujeitos e coletividades atribuem valor, reconhecem permanências, atualizam memórias e produzem usos sobre o espaço urbano (Machado e Braga, 2024). Tal perspectiva se aproxima da compreensão de espaço proposta por Santos (2004), para quem o termo resulta da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, bem como da leitura fenomenológica de Tuan (1983), que destaca a experiência vivida como elemento central na transformação do espaço em lugar.

Ao mesmo tempo, uma leitura crítica da Praça Tiradentes exigiu considerar que os processos de monumentalização e patrimonialização não são neutros (Gonçalves e Souza Junior, 2025). Eles decorrem de seleções históricas, escolhas institucionais e enquadramentos simbólicos que tendem a privilegiar determinadas narrativas em detrimento de outras (Rosa, 2019). A Praça, como marco urbano e político, foi progressivamente convertida em suporte material de discursos sobre memória nacional, heroicização e identidade, especialmente no contexto da construção republicana e da valorização de determinados acontecimentos e personagens históricos. Nessa direção, a monumentalidade não deve ser lida apenas como presença física de um monumento, mas como operação cultural e política de consagração de sentidos sobre o espaço (Choay, 2001; Oliveira, 2014). Sob essa perspectiva, a análise da Praça permite problematizar como diferentes forças políticas, religiosas e patrimoniais influenciaram os modos de uso, representação e legitimação desse espaço ao longo do tempo.

É também por essa razão que foi adotada uma inflexão crítica associada ao debate decolonial, ainda que de modo exploratório. Mais do que simplesmente nomear a Praça como patrimônio consagrado, interessa compreender quais narrativas foram centralizadas em sua monumentalização e quais experiências, usos e sujeitos foram historicamente secundarizados nesse processo. Assim, a proposta de leitura decolonial, mobilizada neste estudo, procura tensionar a naturalização de determinadas memórias hegemônicas e abrir espaço para interpretar a Praça Tiradentes como território vivido, apropriado e disputado, e não apenas como cenário estático da história oficial. Assim, o patrimônio territorial oferece um caminho para pensar a Praça como espaço de permanências e ressignificações, no qual coexistem materialidade urbana, valor simbólico e práticas sociais contemporâneas.



Diante desse quadro, o presente artigo toma como objeto os diferentes usos e formas de apropriação da Praça Tiradentes, compreendendo-a como espaço público preservado, mas também como lugar de convergência de fluxos, funções e sentidos sociais. O interesse da pesquisa reside em examinar como as sucessivas camadas históricas, políticas e culturais presentes na Praça influenciaram sua constituição como patrimônio territorial e como suas representações atuais continuam sendo moldadas por dinâmicas de memória, poder e uso urbano. A questão que orienta o estudo pode ser assim sintetizada: de que modo os processos de monumentalização, patrimonialização e apropriação social contribuíram para constituir a Praça Tiradentes como patrimônio territorial e paisagem simbólica em Ouro Preto?

A partir da pergunta acima, o artigo tem como objetivo geral analisar a Praça Tiradentes a partir dos conceitos de patrimônio territorial e paisagem, discutindo suas diferentes apropriações e significados ao longo do tempo. Especificamente, busca-se apresentar a Praça como espaço de convergência entre território, lugar e paisagem; compreender os vestígios históricos que influenciaram e potencializaram as políticas de preservação; e identificar expressões sociais e comunitárias que, em distintas épocas, legitimaram o espaço e contribuíram para sua ressignificação. Com isso, pretende-se demonstrar que a Praça Tiradentes não é apenas um conjunto monumental preservado, mas sim um espaço pluri-significativo, no qual se entrelaçam experiência urbana, memória social e valor patrimonial.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-interpretativo, voltada à análise da Praça Tiradentes, em Ouro Preto, como espaço de convergência entre memória, monumentalização, apropriações sociais e valor patrimonial. Parte-se do entendimento de que o patrimônio não constitui atributo fixo ou intrínseco aos objetos, mas uma construção histórica e social continuamente ressignificada por usos, discursos, valores e práticas coletivas. Nessa perspectiva, a investigação busca compreender a Praça não apenas como conjunto material preservado, mas como expressão territorial e paisagística produzida por sucessivas camadas de poder, simbolização e experiência urbana (Meneses, 2012).

A pesquisa foi desenvolvida a partir de três frentes complementares. A primeira consistiu no levantamento e interpretação de fontes bibliográficas, com o objetivo de fundamentar o quadro conceitual do artigo e sustentar a análise das relações entre patrimônio, paisagem, território e memória urbana. A segunda envolveu o exame de fontes documentais e históricas relativas à Praça Tiradentes e às políticas de patrimonialização de Ouro Preto, buscando identificar os processos de monumentalização, as transformações materiais do espaço e os enquadramentos simbólicos que contribuíram para sua consagração como referência urbana e patrimonial. A terceira frente correspondeu à análise de representações visuais e paisagísticas da Praça em diferentes períodos históricos, entendidas como registros capazes de evidenciar permanências, mudanças de uso, deslocamentos de valor e reconfigurações da paisagem urbana.

Buscou-se observar de que maneira os vestígios materiais, as imagens históricas, os usos do espaço e as narrativas institucionais se articulam na produção de valor patrimonial. Mais do que descrever transformações físicas da Praça, interessou compreender como essas transformações se relacionam a diferentes regimes de memória e de poder, especialmente no contexto da passagem da sociabilidade colonial à monumentalização republicana e, posteriormente, à sua consolidação como ícone do patrimônio nacional. Nessa direção, a metodologia assume que a análise do patrimônio urbano exige considerar simultaneamente sua dimensão visível, sua espessura histórica e as práticas sociais que continuamente o animam e ressignificam.

Cabe destacar que a pesquisa não se propõe a realizar levantamento quantitativo nem estudo etnográfico aprofundado sobre os usos contemporâneos da Praça. Seu objetivo é interpretativo: articular



fontes teóricas, documentais e visuais para compreender como a Praça Tiradentes foi produzida e apropriada como patrimônio territorial e paisagem simbólica em Ouro Preto. Por essa razão, o estudo privilegia a densidade analítica sobre a extensão do *corpus* e busca oferecer uma leitura crítica do espaço urbano patrimonializado, sem pretensão de exaurir todas as dimensões possíveis de sua experiência social. Essa delimitação é importante para situar o alcance do artigo e evitar generalizações excessivas.

MONUMENTO, MEMÓRIA E VALOR

As discussões sobre patrimônio cultural edificado resultam de uma longa tradição de debates sobre memória, valor, permanência e intervenção no espaço urbano (Costa e Zambuzi Junior, 2021). A preservação do patrimônio não se consolidou de forma espontânea, mas por meio de elaborações teóricas e práticas que, desde o século XIX, procuraram definir por que determinados objetos, edifícios e conjuntos urbanos deveriam ser protegidos e transmitidos às gerações futuras em detrimento de outros. Nesse processo, monumentos deixaram de ser apenas marcas comemorativas ou obras de excepcionalidade artística e passaram a ser compreendidos como suportes de memória social e de valor histórico, afetivo e político (Gonçalves *et al.*, 2024; Gonçalves, 2015).

No caso brasileiro, esse debate ganhou força no contexto da crise do passado colonial e da busca por símbolos capazes de sustentar uma narrativa de identidade nacional. Como lembram Freitas e Carsalade (2020), o final do século XIX e o início do século XX foram marcados por regimes autoritários, disputas de projeto nacional e tentativas de reposicionar o país diante de sua herança colonial. É nesse ambiente que a noção de patrimônio se articula à necessidade de construir marcos de memória pública, transformando determinados bens e espaços em referências legitimadas da história nacional. Nessa perspectiva, o patrimônio não nasce apenas do valor material das formas urbanas, mas de sua capacidade de condensar significados políticos e de funcionar como suporte de narrativas coletivas sobre determinada sociedade.

A Praça Tiradentes exemplifica de maneira contundente esse movimento. Antes da consagração republicana do espaço, a então Praça Central de Vila Rica era marcada por funções diretamente ligadas à sociabilidade urbana, à permanência, à contemplação e à convivência cotidiana. O espaço central da Praça era delimitado por grades, com a presença de fontes, bancos e jardins (Figura 1). Nessa etapa, a Praça ainda se apresentava como espaço de uso e encontro, mais ligada à vivência cotidiana da cidade do que à monumentalidade cívica que posteriormente a caracterizaria (Meniconi, 1999). A leitura da Figura 1 permite visualizar o momento anterior à consolidação da Praça como emblema republicano, apresentando um espaço voltado à convivência e menos rigidamente subordinado à lógica da consagração heroica representada, sobretudo, pelo monumento erguido em homenagem à Tiradentes.



Figura 1 – Vista da Praça na última metade do século XIX



Fonte: Acervo Reviva Ouro Preto¹

A mudança ocorre quando o espaço passa a ser mobilizado como instrumento de reorganização simbólica do poder. As dificuldades de expansão urbana de Ouro Preto, sua inadequação aos padrões da cidade moderna e a posterior transferência da capital para Belo Horizonte desestabilizaram o papel político da antiga Vila Rica, produzindo uma conjuntura em que a monumentalização da Praça Tiradentes ganhou força como forma de compensação simbólica e reafirmação histórica (Simão, 2016). A construção do monumento em homenagem a Tiradentes, por iniciativa republicana, não apenas marcou uma alteração material da Praça, mas instituiu uma nova gramática de memória pública, transformando o espaço em palco da narrativa nacional da liberdade, do martírio e da pátria (Azevedo, 2005).

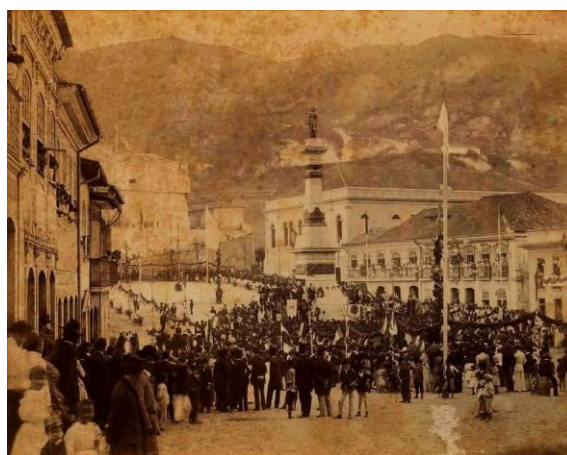
A Figura 2, ao registrar a construção do monumento em 1892, documenta a materialização física da nova ordem simbólica; a Figura 3, por sua vez, ao registrar a cerimônia cívica de inauguração em 1894, comprova que a Praça foi reprogramada politicamente como espaço de ritual público e consagração republicana. A leitura conjunta dessas imagens permite perceber que a monumentalização não corresponde apenas à instalação de um objeto escultórico, mas à reorganização da Praça como dispositivo de memória e pedagogia cívica. Em outras palavras, o monumento redefine a centralidade e orienta novas leituras da paisagem urbana.

Figura 2 - Construção do monumento em homenagem a Tiradentes, em 1892



Fonte: Acervo Reviva Ouro Pretoⁱⁱ

Figura 3 – Cerimônia cívica de inauguração do monumento, em 1894



Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiroⁱⁱⁱ

Esse processo pode ser compreendido como passagem do espaço de sociabilidade para o espaço de consagração. A Praça deixa de ser local de práticas urbanas cotidianas e passa a ser organizada como superfície de inscrição de uma memória estatalmente legitimada. Nesse sentido, a monumentalização republicana da Praça Tiradentes operou uma seleção do passado: ao eleger Tiradentes como herói nacional, consolidou-se uma narrativa específica da liberdade e da identidade brasileira, ao mesmo tempo em que outras memórias, práticas e sujeitos não foram consideradas. É aqui que o eixo crítico do artigo

ganha força: o monumento não é apenas objeto de pedra, mas instrumento de fixação de valores, silenciamentos e hierarquias de memória.

Ao longo do século XX esse valor foi reforçado por novas camadas de patrimonialização. A perda do *status* de capital e o esvaziamento urbano de Ouro Preto produziram um aparente paradoxo: se a cidade perdeu centralidade administrativa e econômica, ganhou força como depositária de um passado nacional idealizado. Como mostram Meniconi (1999), Aguiar (2016) e Simão (2016), a leitura de Ouro Preto como cidade-monumento consolidou-se nesse processo de deslocamento funcional, em que sua arquitetura colonial e sua paisagem urbana passaram a ser mobilizadas como testemunho material de uma história brasileira elevada à condição de legado, o que culminou tanto no tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1938, quanto no título de Patrimônio Mundial, conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1980 (Gonçalves *et al.*, 2025). A Praça Tiradentes, nesse contexto, torna-se o ponto central dessa operação simbólica.

Desta forma, monumento, memória e valor não devem ser tratados como categorias separadas, assim como já nos chamava a atenção Alois Riegl (2009) em seu livro “O culto moderno dos monumentos”. Para o autor, o “culto moderno dos monumentos” não decorre apenas de um suposto valor artístico absoluto, mas de valores históricos e memóricos que a sociedade atribui aos edifícios, integrando-os a uma narrativa de continuidade cultural e identidade coletiva. No caso da Praça Tiradentes, o monumento materializa uma política da memória; a memória, por sua vez, legitima determinados valores; e esses valores orientam a consagração patrimonial do espaço. A Praça é, portanto, menos um cenário passivo da história e mais um elemento urbano em que se cruzam representação política, narrativa nacional e experiência social. Esse deslocamento analítico é importante porque permite passar de uma leitura centrada no objeto monumental para uma interpretação mais crítica do espaço patrimonializado.

DO TERRITÓRIO AO ESPAÇO E À PAISAGEM: PATRIMÔNIO TERRITORIAL E EXPERIÊNCIA URBANA

Se a monumentalização, tomada como um ato de valorização simbólica, que atribui dignidade, permanência e significado especial a certos elementos do espaço urbano, paisagístico ou histórico, nos ajuda a compreender como a Praça Tiradentes foi convertida em suporte de uma memória hegemônica, a noção de patrimônio territorial permite ampliar essa leitura, deslocando o foco do monumento isolado para o conjunto de relações sociais, práticas espaciais e valores culturais que produzem a Praça como território vivido. O patrimônio territorial sintetiza a compreensão do território como construção social, histórica e relacional, vinculada a processos de apropriação, dominação, uso e atribuição de valor (Dallabrida, 2020; Gottmann, 2012; Nascimento *et al.*, 2024).

Cabe ressaltar esse deslocamento, uma vez que as primeiras políticas patrimoniais brasileiras privilegiaram, de modo quase exclusivo, o patrimônio edificado e a monumentalidade arquitetônica, como observa Chuva (2012) e Fonseca (2005). No caso de Ouro Preto, a institucionalização da proteção patrimonial desde os anos 1930 (Gonçalves *et al.*, 2025) reforçou a cidade como laboratório de formulações e práticas preservacionistas, valorizando não apenas edifícios isolados, mas progressivamente o conjunto urbano como portador de significados históricos, artísticos e pedagógicos (Simão, 2016; Castriota, 2007; Azevedo *et al.*, 2024). A Praça Tiradentes, por sua centralidade urbana e simbólica, foi diretamente absorvida por essa operação de patrimonialização.

Entretanto, a leitura territorial da Praça exige mais do que reconhecer seu valor patrimonial institucional. Deve-se compreender o espaço como resultado da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, isto é, entre materialidades urbanas e práticas sociais que continuamente o produzem (Santos, 2004). Nessa chave, a Praça não se define apenas pelo monumento, pela arquitetura envolvente



ou pelo desenho urbano, mas também pelas formas de circulação, encontro, ritual, contemplação, uso cotidiano e reinterpretação coletiva que se inscrevem nela ao longo do tempo. O território, nesse caso, é a espacialização de relações sociais e culturais que atribuem sentido ao lugar, e não somente um recorte físico ou administrativo.

Ao registrar a Praça Tiradentes no início do século XX, com presença de manifestações religiosas, transformações no edifício da Câmara e Cadeia e marcas das normativas que incidiam sobre o espaço urbano, a imagem abaixo (Figura 4) nos mostra que a Praça era espaço em que práticas sociais, instituições e usos se sobrepujam. O valor da Praça se produzia na vida ordinária, nas festas, procissões, adaptações funcionais e tensões entre permanência e mudança, ou seja, o patrimônio territorial deve ser pensado em relação ao espaço.

Figura 4 - Praça Tiradentes, início do século XX



Fonte: Acervo Reviva Ouro Preto^{iv}

É nesse ponto que a distinção entre espaço, território e paisagem se torna produtiva. O espaço, conforme Santos (2004), é o resultado histórico das práticas humanas e da interação entre objetos e ações. O território, por sua vez, remete à apropriação social e política desse espaço, articulando materialidade, poder, identidade e pertencimento (Gottmann, 2012; Dallabrida, 2020). Já a paisagem permite captar a dimensão sensível, visível e simbólica desse processo, sem reduzi-la a mera aparência. Como lembram Meneses (2002) e Tuan (1983), a paisagem não se esgota no que se vê: ela envolve experiência, interpretação e relações culturais variáveis conforme os sujeitos e os contextos de observação.

Aplicada à Praça Tiradentes, essa articulação mostra que a Praça pode ser compreendida como paisagem territorial, pois nela se cruzam formas materiais herdadas, práticas contemporâneas, memórias coletivas e atribuições de valor historicamente situadas. Na configuração atual da Praça (Figura 5), o

espaço aparece como síntese visível de camadas históricas acumuladas, e também como lugar vivo, atravessado por fluxos, permanências e usos sociais contemporâneos, ou seja, dando continuidade como espaço produzido e ressignificado.

Desse modo, a passagem do território à paisagem não representa mudança de escala conceitual arbitrária, mas aprofundamento analítico. O que primeiro aparece como monumento e depois como patrimônio urbano, passa a ser lido como espaço vivido, no qual o valor emerge da articulação entre matéria, memória e prática social. A paisagem da Praça Tiradentes não é homogênea nem unívoca; ela é resultado de leituras múltiplas, tensões entre memória oficial e usos cotidianos, e sobreposição de temporalidades. Essa é a contribuição do conceito de patrimônio territorial: mostrar que o valor patrimonial não reside apenas na materialidade consagrada, mas na relação entre espaço, cultura e experiência social.

Figura 5 – Configuração atual da Praça Tiradentes, 2026



Fonte: Acervo dos autores

Nessa perspectiva, fica clara a crítica sobre as abordagens exclusivamente monumentais, pois essas tendem a obscurecer as dinâmicas sociais e simbólicas que fazem da Praça um lugar vivo. Pensar a Praça Tiradentes exclusivamente como ícone da memória nacional ou cenário preservado significa reduzir sua complexidade territorial. Já pensá-la como paisagem territorial permite reconhecer que o patrimônio urbano é sempre relacional, histórico e disputado, e que sua preservação implica também compreender as formas contemporâneas de apropriação, pertencimento e ressignificação. É isso que permite deslocar a análise do monumento para o espaço vivido, sem perder de vista a força política da monumentalização nem o papel central da patrimonialização na constituição da Praça como referência urbana e simbólica de Ouro Preto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Praça Tiradentes, em Ouro Preto, permitiu demonstrar que esse espaço não pode ser compreendido apenas como centro urbano preservado ou como moldura arquitetônica de valor histórico. Ao contrário, a Praça revela-se como construção territorial e paisagística complexa, resultante da sobreposição de camadas históricas, de processos de monumentalização, de políticas de patrimonialização e de formas sucessivas de apropriação social. O estudo confirma que seu valor patrimonial não reside exclusivamente na materialidade do conjunto edificado ou na presença do monumento em homenagem à Tiradentes, mas na relação dinâmica entre memória, espaço, usos sociais e significados atribuídos ao longo do tempo.

Os resultados do artigo indicam que a Praça Tiradentes foi progressivamente convertida em suporte privilegiado de uma narrativa histórica hegemônica, especialmente a partir da monumentalização republicana do final do século XIX. A construção do monumento a Tiradentes e a reorganização simbólica do espaço contribuíram para fixar a Praça como emblema da memória nacional, associando-a a valores cívicos, heroicos e identitários. Ao lado da consagração monumental, persistem usos cotidianos, práticas sociais, apropriações múltiplas e diferentes formas de vivenciar o espaço, o que impede reduzi-lo a um cenário congelado da história oficial.

A noção de patrimônio territorial aplicada ao estudo da Praça Tiradentes mostrou-se adequada para a fundamentação crítica. Ao deslocar o foco do monumento isolado para as relações entre território, espaço, paisagem e experiência social, o artigo demonstrou que a Praça Tiradentes deve ser lida como espaço vivo, continuamente interpretado e ressignificado. Essa perspectiva permite compreender que a patrimonialização não se resume à proteção da materialidade, mas envolve também a produção de valores, a seleção de memórias e a legitimação de determinadas narrativas sobre o passado e o presente. Assim, a Praça aparece menos como objeto acabado e mais como território simbólico em disputa, no qual se cruzam permanências materiais e sentidos culturais variáveis.

A leitura crítica proposta permitiu tensionar a aparente neutralidade das políticas de monumentalização e patrimonialização. Ao reconhecer que a Praça foi historicamente moldada por forças políticas, religiosas e institucionais, o artigo sugere que os processos de valorização patrimonial são sempre seletivos e carregados de implicações ideológicas. A inflexão decolonial, ainda que exploratória, se mostra pertinente, pois ela contribui para problematizar quais memórias foram centralizadas, quais narrativas foram legitimadas e quais experiências sociais tenderam a permanecer em segundo plano na consagração da Praça Tiradentes como paisagem histórica e patrimonial.

O artigo contribui ao aproximar o debate do patrimônio territorial das discussões sobre espaço vivido e paisagem urbana, mostrando que esses conceitos, quando articulados de forma crítica, permitem uma leitura mais abrangente dos espaços públicos patrimonializados. Como limite, o estudo não incorporou observação direta sistemática das práticas contemporâneas nem escuta empírica dos diferentes sujeitos que hoje utilizam e significam a Praça, o que poderia ampliar a compreensão sobre tensões atuais entre patrimônio oficial, uso turístico, vida cotidiana e apropriação comunitária. Por essa razão, pesquisas futuras podem aprofundar esses pontos a partir de entrevistas, observação etnográfica, análise de usos atuais do espaço e investigação das percepções de moradores, trabalhadores, visitantes e grupos sociais que vivenciam a Praça Tiradentes sob diferentes perspectivas.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela bolsa de mestrado concedida.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, L. B. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializado: Ouro Preto, 1938–1975. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 87–106, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/WWMqSCPxZqx6xKVR3bKX3Df/?lang=pt. Acesso em: 24 mar. 2026.
- AZEVEDO, S. Tiradentes ou a canonização de um herói. **Patrimônio e Memória**, v. 1, n. 1, p. 3–12, 2005.
- CASTRIOTA, L. B. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/33997. Acesso em: 24 mar. 2026.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.
- COSTA, Camila Regina de Souza; ZAMBUZI JUNIOR, Mauro. Memória, patrimônio cultural e cidades: desafios contemporâneos. **Revista Infinity**, Itapiranga, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: https://revistas.uceff.edu.br/infinity/article/download/1261/961/3299. Acesso em: 02 abr. 2026.
- DALLABRIDA, V. R. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 63–78, 2020.
- FREITAS, F. S.; CARSADE, F. de L. Entre progressistas e culturalistas: diálogos de Gustavo Giovannoni sob o olhar de Françoise Choay. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/33997. Acesso em: 24 mar. 2026.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GONÇALVES, Marina Furtado; SOUZA JUNIOR, Flávio Aparecido Santos. O Coreto da Praça Cesário Alvim em Ouro Preto: Um retrato do abandono no patrimônio mundial brasileiro. **Revista Arquitetura e Lugar**, v.3, n.9, p. 80-96, 2025.
- GONÇALVES, M. F.; BRAGA, S. S.; SOUZA JUNIOR, F. A. S.; LOBO, R. G. S.; BERNARDES, M. J. M.. A Percepção dos Visitantes Quanto ao Patrimônio Cultural Edificado Conservado: Estudo de Três Igrejas Restauradas em Ouro Preto e Mariana, Minas Gerais. **Turismo. Visão e Ação**, v. 27, p. e20588, 2025.
- GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211–228, 2015.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012.
- MACHADO, Simone Fernandes; BRAGA, Solano S. Alterações da paisagem urbana oriundas da dinâmica social: estudo de caso do largo de Coimbra, Ouro Preto, Minas Gerais. **Revista Arquitetura e Lugar**, Campina Grande, v. 2, n. 8, p. 64–81, 2024. Disponível em: https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/arql/article/view/4631. Acesso em: 24 mar. 2026.
- MENESES, U. T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: Fórum nacional do patrimônio cultural, 1., [s. l.]. **Anais [...]**. Brasília: IPHAN, 2012. v. 1, p. 25–39. Disponível em: https://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.
- MENESES, U. T. B. de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E. (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Meneses_UTB_23_1223862_APaisagemComoFatoCultural.pdf. Acesso em: 24 mar. 2026.



MENICONI, R. **A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto.** 1999. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

NASCIMENTO, E. C. do; DENARDIN, V. F.; QUADROS, D. A. de. Do monumento ao território: o conceito de patrimônio territorial. **Sociedade e Território**, v. 36, n. 1, 2024. DOI: https://doi.org/10.21680/2177-8396.2024v36n1ID34427. Acesso em: 24 mar. 2026.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua origem.** Tradução Werner Rothschild Davidsohn; coord. científica Anat Falbel. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

ROSA, Mana Marques. Narrativas patrimoniais e discursos museológicos: sobre as formas de representação dos patrimônios culturais. In: **Anais do GT Memória, Patrimônio e Cultura – REAABANNE**, 2019. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Mana%20Marques%20Rosa%20-%201020622%20-%203890%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 02 abr. 2026.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SIMÃO, M. C. R. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio.** 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4674320. Acesso em: 24 mar. 2026.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

NOTAS

ⁱ <https://www.facebook.com/share/p/1Zp3pYnkaF/>

ⁱⁱ <https://www.facebook.com/share/1Dzvk5dsUe/>

ⁱⁱⁱ <https://www.secult.mg.gov.br/noticias-artigos/139-2013/3728-arquivo-publico-mineiro-lanca-edicao-comemorativa-de-120-anos-de-sua-revista>

^{iv} <https://www.facebook.com/share/1HMWzoC2Yf/>

